

## **Tese Peleia/MAS**

### **Unir os trabalhadores contra o ajuste e o conservadorismo!**

#### **Conjuntura**

Vivemos tempos difíceis e desafiadores para a classe trabalhadora. O modelo econômico é do paraíso dos bancos que dominam a economia e países inteiros através do sistema da dívida. O cenário atual de crise do capitalismo coloca os setores da burguesia em modo defensivo, ávidos por manter seus lucros através de medidas que visam a obter redução de impostos para os monopólios e regressão dos direitos trabalhistas e das garantias sociais.

No Brasil, está em curso uma contrarreforma que nos coloca cada vez mais numa condição de achatamento salarial, demissões em massa, precarização das relações de trabalho, privatização dos serviços públicos, etc. Dentro do contexto das IFES e IFs, são expressões dessa ofensiva da direita o corte de recursos da educação, a suspensão de concursos públicos, o fim do abono permanência, o fim da gratuidade da pós-graduação *latu sensu* nas instituições públicas, a ampliação da destinação de recursos para o ensino privado em detrimento do setor público, a contratação de professores e técnicos via CLT (através de Organizações Sociais) e a substituição de técnicos concursados por trabalhadores terceirizados e por estudantes bolsistas também.

A vitória de Dilma em 2014 não significou a retomada de um projeto de soberania nacional e de reformas progressivas. Dilma seguiu a lógica dos mercados nomeando Levy para o Ministério da Fazenda e adotando medidas antipopulares que colocam o país numa espiral de crise com desemprego, inflação e cortes de direitos dos trabalhadores.

#### **O avanço conservador**

No fundamental, Dilma e a direita conservadora têm acordo na política de ajuste. Por isso, acabaram de aprovar a reforma da previdência aumentando a idade mínima e diversas outras medidas contra os interesses dos trabalhadores, como é o caso das terceirizações e as Parcerias Público-Privadas (PPPs). Nenhum desses setores quer enfrentar o problema da dívida pública que assalta bilhões das verbas sociais.

A combinação de crise política com crise econômica fortalece a oposição de direita no Congresso Nacional e a ideia de impeachment da presidente serve como chantagem por parte dos setores mais reacionários e fisiológicos da política brasileira. Disputam entre si fatias cada vez maiores do Estado Brasileiro, numa lógica de esvaziamento das funções do Estado.

Por outro lado, a direita quer impedir o crescimento de uma alternativa de esquerda. Por isso, Cunha e os demais picaretas do Congresso Nacional aprovaram lei que criminaliza os movimentos sociais e uma antirreforma política que ataca o mais elementar direito democrático: o direito de expressar posições políticas alternativas. A “Lei da Mordaça” atinge todos os partidos pequenos, impedindo que estes participem de debates nas eleições e reduzindo seu tempo de TV.

#### **O movimento responde**

A combinação de crise financeira com crise política causa um aprofundamento da crise social e uma maior polarização. Medidas de caráter reacionário, vindas de um governo apoiado por movimentos sociais de massa como o MST e a CUT, deixaram os movimentos populares completamente fragilizados e desorganizados. Mesmo as importantes mobilizações dos dias 15 de abril e 29 de maio - contra a terceirização e o ajuste fiscal - ocorreram com algumas dificuldades e ritmos diferentes em cada estado, unindo naquele momento para desunir logo em seguida. Por mais pontual que tenham sido, fica evidente que mesmo para os setores que ainda apoiam o governo tem sido insustentável permanecer calado diante dos ataques aos direitos históricos da classe trabalhadora e contra direitos civis fundamentais.

### **Frente POVO SEM MEDO unificando a resposta ao ajuste e ao conservadorismo**

O movimento não está derrotado, apesar de disperso e das poucas vitórias econômicas. Greves nacionais de categorias como a nossa que durou mais de 100 dias, o enfrentamento do funcionalismo no Paraná e no RS e as manifestações do MTST são parte da força da resistência dos trabalhadores.

Hoje, somos parte da batalha contra a dispersão do movimento social, constituindo a frente social POVO SEM MEDO, que responde às necessidades dessa conjuntura. É uma frente que elege as tarefas imediatas da luta de classes, como a luta contra o PL 4330, e vai construindo a unidade, independente de partidos e de organizações. O que nos une é a necessidade de lutarmos contra os ataques dos patrões e contra o ajuste de Dilma. Fazem parte o MTST, Intersindical, CUT, CTB, UNE, UBES, Juntos e outras organizações do movimento.

É preciso desenvolver a capacidade de ampliar o movimento real sem perder a perspectiva estratégica, pois essa é a única forma de conseguir impor um programa popular que abra caminho para o socialismo. Nada disso se pode conseguir sem mobilização popular, sem a consciência coletiva e organizada das classes trabalhadoras, do povo pobre e de outros setores de base da sociedade. O caminho para a emancipação popular requer mais que meia dúzia de revolucionários, por mais bem intencionados que sejam. É preciso combater a política de isolamento de cada “grupo” político em sua razão exclusivista, construir consensos e buscar avanços reais para o movimento popular. Sem essa postura a esquerda não voltará a crescer e as imensas massas populares continuarão a ser orientadas pela direita, inclusive na sua ideologia. Por isso, defendemos a filiação da Assufrgs à Auditoria Cidadã da Dívida e somos parte da construção da frente social Povo Sem Medo!

### **Organização, estrutura sindical, proporcionalidade e reforma estatutária**

#### **Sindicato tem que ser de luta, democrático e independente de governos, partidos e patrões**

A estrutura sindical no Brasil herdou da legislação getulista o atrelamento ao Estado. Nós, servidores públicos, por sermos proibidos de constituir sindicatos e fazer greves antes e durante a ditadura militar, acabamos por romper com essa tradição. Na década de 80 fizemos poderosas greves e construimos fortes sindicatos. A Fasubra e Assufrgs foram parte desse processo. Nunca recebemos imposto sindical e nossos movimentos e organização só dependiam de nossa base.

Infelizmente, coube a um governo que dizia defender os trabalhadores obrigar nossos sindicatos de servidores públicos a se atrelarem ao Estado, sob pena de não ter o desconto em folha garantido.

Independência política, democracia, classismo, trabalho de base, entre outros, são princípios que norteiam nossa concepção de sindicato. A partir dessa visão, entendemos que todos os trabalhadores da base devem ter na Assufrgs um sindicato de luta e que a entidade deve se constituir em um núcleo de resistência, acúmulo e avanços na relação de trabalho e na defesa das Instituições de Ensino, função estratégica do Estado para os trabalhadores.

### **Fim da proporcionalidade**

Entendemos que a proporcionalidade na composição da coordenação da Assufrgs foi estratégica em um período importante do movimento sindical. Seu fim pode não ser um retrocesso, desde que haja um aprofundamento da democracia a partir de uma estrutura que responda às demandas políticas: fortalecimento do Conselho de Delegados, Plenárias, Seminários e Congressos. Acreditamos que a manutenção do fim da proporcionalidade deve estar condicionada a uma avaliação em um próximo Conassufrgs.

Da mesma forma, uma nova estrutura para a Assufrgs deve refletir o debate na base com capacidade de construir uma real alternativa. Para tanto, acreditamos que deve ser promovido no próximo período um amplo e democrático debate para deliberar sobre uma nova estrutura para a Assufrgs, com a realização do IV Conassufrgs em 2016.

Como resultado desse debate, entendemos que devem ser garantidas funções estratégicas do sindicato na política - como Relações de Trabalho, Aposentados, Universidade Pública, Políticas Sociais (gênero, raça, habitação...), Relação com Associados, Organizações de Base, entre outras - e na gestão da entidade, como Administração, Finanças, Infraestrutura e Jurídica, e também questões assistenciais, de lazer e eventos. O que se necessita é uma estrutura que contemple diferentes ambientes de democracia e decisão em instâncias executiva, legislativa e de base.

### **Acumular o debate sobre Central Sindical**

Com a crise da CUT após Reforma da Previdência em 2004, se originaram várias centrais sindicais no Brasil. A Central é uma organização que deve atuar em uma estratégia de frente de trabalhadores com duplo caráter: organizar a classe por direitos e condições de vida e trabalho e ser escola de luta para acabar com a exploração capitalista. Entre seus princípios, a Central deve ser autônoma e independente em relação a patrões, governos, Estado, partidos políticos e credos religiosos, sendo internacionalista, classista e de luta. Portanto, combate o controle do Estado na organização dos trabalhadores, negando a conciliação de classes e a parceria com o capital. Por isso estamos construindo a INTERSINDICAL - Central da Classe Trabalhadora, como uma experiência norteada pelos princípios que já citamos e, por isso, a Intersindical é socialista.

### **Balanço da Assufrgs**

### **Retomar o Fortalecimento e Avanço da Assufrgs**

A Assufrgs completa seus 64 anos como um sindicato amplamente democrático e participativo, com um excelente percentual de sindicalizados (quase 4 mil) e com uma vanguarda que combina jovens e antigos militantes, muito politizada e em processo de formação. Isso é produto de um esforço de diversas coordenações e de diversos dirigentes.

Além disso, a Assufrgs é hoje uma referência nacional e no movimento sindical no RS, cumpre papel fundamental na organização dos Federais no estado junto ao Fórum dos Servidores Públicos Federais, na articulação de ações das Universidades Federais do Rio Grande e do Núcleo Gaúcho de Auditoria da Dívida Pública.

### **Uma entidade construída pela base**

Crescemos! Fortalecemos o Conselho de Delegados. Acolhemos os novos concursados, incorporando no movimento uma juventude aguerrida. Unificamos com a UFCSPA. Aproximamos os campi Porto Alegre, Restinga e Canoas do IFRS. A unidade de todas estas instituições é estratégica para defesa do ensino superior e técnico público, de qualidade.

Na área social, conquistamos a ampliação da Colônia de Garopaba, que hoje conta com 34 apartamentos. Ampliando enormemente o patrimônio da entidade. Um projeto referência em sustentabilidade naquela cidade. Todos construídos com a participação e o debate com a categoria e hoje está totalmente pago!

### **2014 era possível vencer!**

Ainda temos muita coisa para mudar e avançar. Na última gestão tivemos 2 greves. Em 2014, apesar da posição clara da base a favor de um movimento paredista, manifestada em assembleia, as duas chapas minoritárias da gestão se juntaram no boicote ao movimento. Impediram uma greve que, se estivéssemos unidos, seria o melhor momento para arrancar uma vitória significativa frente ao governo, pois era um ano importante, onde aumentaram as lutas sociais, com Copa do Mundo e eleições. Mas alguns colegas preferiram proteger o governo, impedindo esta vitória.

Nosso sindicato se perdeu na disputa intestina e despolitizada. Acusações morais esgarçaram as relações de respeito, dispenderam enormes recursos financeiros do sindicato em disputas políticas e impossibilitaram a continuação da proporcionalidade. Também retrocedemos nas políticas sociais. Nos espaços de integração, perdemos as tradicionais festas de Final de Ano e das Crianças, esta última chegou a levar mais de 700 pessoas à nossa Sede Campestre.

A comunicação retrocedeu. A Revista da Assufrgs, que divulgava a produção científica dos técnicos e os debates mais aprofundados sobre nossas pautas, foi suspensa. A TV Assufrgs, proposta que apresentamos, não foi levada adiante.

### **2015, a unidade do movimento garantiu vitória!**

Após uma campanha de esquerda, a resposta do governo foi um giro vergonhoso à direita., compondo um Ministério neoliberal, uma política de ataque aos direitos e conquistas dos trabalhadores e do povo pobre. Os mesmos que foram contrários ao movimento de greve em 2014 concluem que só havia um meio de enfrentar o ajuste e o crescimento do conservadorismo no país: unidade e luta!

Juntos protagonizamos a maior greve de nossa Federação. Ainda que com resultado limitado, enfrentamos uma política econômica que contava com acordo de todo o bloco de poder (Governo, Congresso, empresários, mídia, etc). Mas o mais importante foi a retomada da recomposição da unidade para enfrentar o governo e sua política de ajuste.

No próximo período essa unidade será testada. De que lado estarão os colegas diante da nova Reforma da Previdência, que aumenta a idade mínima e rouba os 5 anos que as mulheres conquistaram devido a tripla jornada de trabalho? E diante do avanço da terceirização em todos os setores do serviço público, estimulado pelo governo Dilma nos últimos anos? Nós estaremos enfrentando o governo e defendendo nossos direitos e conquistas.

## **Universidades e Institutos Federais**

### **Rumo a uma instituição de ensino crítica, criadora e popular**

A universidade é a instituição que mais tem aportado ao desenvolvimento das ciências, das artes e da cultura, pelo menos no último século, em nosso país. Nela foram formadas gerações de professores, médicos, engenheiros e outros profissionais hoje dirigentes, responsáveis pelo atual estágio de desenvolvimento do Brasil. A liberdade gerada pelo seu caráter público e pela gratuidade, que prevaleceu até meados dos anos 80, permitiu que na universidade fossem discutidos os grandes problemas políticos, econômicos e sociais de cada tempo.

### **Falta de investimento torna as IFES reféns dos recursos privados**

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, propagandeada pelo conjunto da universidade brasileira, hoje é aplicada apenas de forma “apropriada” aos interesses e recursos disponíveis. As precárias dotações orçamentárias são insuficientes para seu próprio funcionamento e manutenção. Há poucos TAES para todo o trabalho a ser realizado. Cabe aos professores e a alguns técnicos buscarem junto a empresas públicas e privadas os montantes para seus projetos de pesquisa e de extensão. Essa lógica é perversa e corruptora, pois a aprovação dos investimentos está sujeita a contrapartidas de material e de pessoal que sugam recursos de infraestrutura das IFES (água, luz, telefone, etc.). Também super utiliza as já sucateadas máquinas e equipamentos utilizados para o ensino. Técnicos e principalmente professores são deslocados quase que na integralidade de seu tempo para atender a esses projetos, deixando as salas de aula e sendo realocados nos antigos laboratórios acadêmicos.

### **Universidades e IFs como centros de formação para o mercado em oposição ao ensino para as necessidades humanas**

Os estudantes, cujas famílias sofrem as consequências da gradativa deterioração de suas condições de vida - fruto da concentração de riquezas -, têm de optar entre reivindicar um laboratório acadêmico ou se integrar no laboratório de pesquisa e ser usado como mão-de-obra barata. A competitividade pelas bolsas e pelo seu aprimoramento profissional, exigência do “mercado de trabalho”, completam o quadro da hegemonia ideológica do grande capital no interior das universidades e dos institutos federais.

As contradições entre o nível de especialização e a oferta do emprego mostram a profunda dissociação entre a educação e o trabalho. O nível de especialização restringe o mercado a fragmentos de ofertas de trabalho. Isso resulta em uma geração inteira de jovens desempregados, trabalhando de forma precarizada ou em ocupações completamente diferentes para as quais se prepararam.

### **Que educação queremos?**

Dentro desse contexto, a defesa pura e simples da instituição de ensino pública, gratuita e de qualidade não é suficiente. Mesmo que as IFES pudessem ser classificadas dessa maneira, são ineficientes se não servirem ao povo. É preciso criar um movimento rumo a uma instituição de ensino crítica, criadora e popular, na qual os movimentos sociais estejam inseridos e onde o ensino, a pesquisa e a extensão estejam voltados para a superação do atraso técnico-científico e cultural do nosso povo. Mas esse debate vai além de mudanças internas nas IFES, pois se insere na reflexão sobre outro projeto de sociedade, voltada a todos os setores explorados e oprimidos.

### **Ensino, pesquisa e extensão voltada à superação de nossa dependência**

Uma das lutas fundamentais nas universidades e institutos federais é a busca do rompimento dos parâmetros de educação que tem o mercado como condição e o lucro como fim. Quanto às ações de pesquisa e extensão, devem ser dirigidas para construir as bases dos conhecimentos necessários ao rompimento da nossa dependência enquanto povo, construindo nossa soberania e autodeterminação; ao mesmo tempo, devem solucionar os problemas mais imediatos dos trabalhadores (saúde, saneamento básico, educação, moradia, etc). Essa ação não tem nada a ver com clientelismo, mas sim como uma forma de relacionamento direto com as demandas dos movimentos populares organizados e possíveis de organização. Temos hoje dentro da UFRGS, UFCSPA e IFRS importantes projetos de extensão e pesquisa. Alguns isolados, outros que envolvem diretamente professores, TAES, alunos e movimentos sociais. Esses esforços têm que ser incentivados, e ao mesmo tempo discutidos na tentativa de enquadramento em uma estratégia transformadora. As ações de pesquisa e extensão devem passar a ser pautadas a partir dos movimentos sociais, que por certo pressionariam as instituições públicas e governos para a sua execução e seu financiamento.

### **Democracia além da paridade: pelo controle público do financiamento e da gestão de recursos**

A luta pela democratização interna nas universidades para conquistar a paridade da representação em órgãos deliberativos e na escolha de dirigentes é imprescindível. Mas não será suficiente, como bem mostra a experiências dos IFs, onde a paridade já existe. Junto com a ampliação da participação de técnicos, professores e alunos deverá ser garantida a inclusão dos movimentos sociais, populares e sindicais como forma concreta para termos uma gestão e funcionamento efetivamente populares e democráticos. Esses indivíduos devem estar também no controle do financiamento público e privado das IFES e da utilização dos recursos e dotações.

### **Colaboração internacional: o tipo de internacionalização que buscamos**

A colaboração e o estreitamento das relações com outros povos e nações devem ser imperativos e parte de uma visão internacionalista de compromisso mundial, assim

como a quebra de Lei de Patentes. Não é cabível que países mantenham secretas novas tecnologias ou medicamentos por motivos de lucro e mercado, negando soluções que podem salvar vidas e resolver os problemas de outros países; a negação das reservas de conhecimentos científicos internacionais deve ser praticada no dia-a-dia.

### **Avançando e fortalecendo rumo a uma instituição de ensino popular**

A universidade popular não vai ser instalada por decretos governamentais, por decisões de Conselhos Universitários ou pela ação isolada de movimentos, por melhores que sejam suas intenções. A definição das lutas necessárias, a médio e longo prazo, começa pela articulação de um amplo movimento que envolva professores, TAES, alunos e possíveis aliados no interior das IFES. É preciso avançar coletivamente, enfrentando os dilemas e escolhendo os caminhos a cada encruzilhada encontrada. Fundamentalmente, é preciso manter o espírito coletivo em torno de políticas concretas, utilizando toda a energia transformadora presente nas IFES para construir um movimento que una o conjunto de organizações populares e democráticas que se disponham a traçar e seguir essa estratégia.

Defendemos:

- Reforçar o Comitê de Luta pela Paridade a fim de criar um movimento amplo e representativo que busque a paridade nas escolhas de dirigentes e nos conselhos e órgãos deliberativos na UFRGS e UFCSPA. Lutar pela efetiva paridade nos IFRS.
- Defesa de abertura das contas da UFRGS, UFCSPA e IFRS. Lutar pela transparência no fluxo de recursos públicos e privados destinados à Universidade, com participação ativa da comunidade - via conselhos paritários - na gestão e na definição das contrapartidas dadas pelas IFES.
- Promover a discussão do papel do ensino, da pesquisa e da extensão nas IFES.

### **Políticas sindicais**

#### **Segurança de processos e saúde dos servidores**

A questão da segurança, responsável pela saúde dos trabalhadores, deve ser contextualizada para garantirmos adequados planejamentos e ações nos serviços públicos. No Brasil morre um trabalhador em Acidente no Trabalho a cada 3 horas e a OIT estima que 6 mil trabalhadores morram a cada dia no mundo em função de acidentes do trabalho. Com relação às doenças ocupacionais, no mundo são atingidos anualmente 160 milhões de trabalhadores e no Brasil, é hoje, um dos mais graves problemas de saúde pública. Sabe-se que dos 31.454.564 trabalhadores segurados, foram registradas 21.208 doenças profissionais em 2003.

Há de se considerar que menos da metade dos trabalhadores têm relação formal de trabalho e que 80% dos acidentes ocorrem com terceirizados, o que torna esta realidade mais grosseira. Mas esses números também escondem outra realidade: a dos Servidores Públicos.

Os Servidores públicos, que representam aproximadamente 5% da população brasileira, sendo destes 12% de servidores públicos federais, 24% de servidores

estaduais e 64% de servidores municipais, distribuídos em mais de 5,5 mil municípios, totalizando em torno de 10 milhões de servidores públicos, estão desassistidos em impositivos e normas que garantam a saúde dos trabalhadores. Particularmente na UFRGS, UFCSPA e IFRS a falta de uma política de saúde e segurança nessas instituições cada vez mais agrava a situação desses trabalhadores. Há nessas instituições a falta de controle da saúde dos servidores e segurança dos processos de trabalho. Hoje as IFE não atendem sequer as Normas Regulamentadoras.

Mas saúde e segurança tem a ver também com os ambientes de trabalho e com as infraestruturas, meios e recursos utilizados nos processos. Com relação a isto, na UFRGS, por exemplo, interdições de prédios e ambientes e a ocorrência de incidentes e acidentes se tornaram o cotidiano de uma realidade de falta de condições mínimas de trabalho, por não atenderem normas de segurança, Normas Regulamentadoras do MTE, e Legislações Municipais, Estaduais e Federal de ocupação predial, não atendendo inclusive Normas de edificações, como as estabelecidas pelo IBAPE e ABNT.

É necessário que a ASSUFRGS assuma maior responsabilidade no tratamento da questão de saúde dos trabalhadores e segurança dos processos, enquanto uma função estratégica para os trabalhadores. É imprescindível que a ASSUFRGS assuma o Projeto aprovado no III Encontro de Saúde da ASSUFRGS, ocorrido em junho de 2013.

### **Raça e Classe**

A pobreza no Brasil tem cor e sexo. Pesquisa do Ministério do Trabalho, em 2009, diz que, enquanto a média salarial das mulheres negras é R\$ 790 mensais, a dos homens brancos chega a R\$ 1.671. Dentre o enorme contingente de miseráveis, negros e negras representam cerca de 2/3 dos pobres e indigentes. Dados do Dieese demonstram que nas grandes cidades a maioria dos desempregados são negros, relação que só tende a piorar com o agravamento da crise econômica, da informalização dos postos de trabalho e do aumento do nível de exploração da mão-de-obra.

Negros e negras formam cerca de 2% da população universitária brasileira e, além disso, na grande maioria, estão localizados na rede privada, as quais, diga-se de passagem, geralmente apresentam uma qualidade de ensino muito inferior às instituições públicas. Isso acaba servindo para manter o abismo social entre negros e brancos.

Em uma sociedade que estabeleceu o embranquecimento como padrão de sucesso (como também de beleza, decência, etc.) esse ataque começa com uma acintosa exclusão de negros e negras dos principais veículos de comunicação de massa (algo que só tem sido atenuado nos últimos anos a partir da atuação do movimento negro) e estende-se até à demonização da cultura religiosa afro-brasileira.

### **Aposentados**

Em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva se elegeu presidente da república com milhões de votos de servidores públicos ativos e aposentados, que votaram com a intenção de tirar do poder Fernando Henrique Cardoso e, assim, acabar com a retaliação sofrida até então.



Puro engano. Já em agosto de 2003 o Governo Lula aprova a PEC 41 que trata da Reforma da Previdência. Com aprovação dessa PEC, os aposentados e pensionistas foram novamente atacados, pois tiveram prejuízos em seus proventos tais como tributação dos proventos dos aposentados e pensionistas e extinção das regras de integralidade e paridade.

Os ataques não pararam por aí. Em 2005, vem o Plano de Cargos e Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE, Lei 11.091/2005) e com isso vários prejuízos para os aposentados e pensionistas entre eles:

a) Para efeito de enquadramento, contou apenas o tempo de serviço público federal, desconsiderando o tempo privado e público estadual e municipal;

c) Vantagens dos Art. 184 da Lei 1711/52 e da Lei 8.112/90, ficaram congeladas;

d) Aposentadoria proporcional duplamente penalizada;

e) Cargos que exigem além do Ensino Médio (Ensino Técnico) ficaram posicionados no Nível de Classificação D, onde a exigência para o cargo é apenas o ensino Médio;

Em 28 de dezembro de 2012 houve a promulgação da Lei 12.772/2012, que trata da reestruturação da carreira dos Técnicos Administrativos em Educação, onde foi alterado o Anexo IV da Lei 11.091/2005 estendendo o mestrado e doutorado para todos os níveis de classificação e definindo percentuais maiores dos que os previstos nessa Lei. Ainda altera o Art. 10 § 4º que trata do somatório da carga horária dos cursos de capacitação, permitindo que sejam somados os certificados com carga horária maior ou igual há vinte horas. Nessa lei ocorre mais um ataque aos aposentados e pensionistas, pois estes não foram abrangidos e continuam com seus certificados parados nas Pró-Reitorias de Gestão de Pessoas.

Defendemos:

- Reposicionamento dos Aposentados e Pensionistas;
- Cômputo da licença-prêmio;
- Cômputo do resíduo do tempo de serviço;
- Correção imediata dos Artigos 184 da Lei 1711 de 1952 e 192 da Lei 8112 de 1990;
- Revisão do enquadramento das aposentadorias proporcionais;
- Incentivo para os cargos de Técnicos, ajustando a Portaria já aprovada na Comissão Nacional;
- Exigir do Congresso Nacional aprovação da PEC 555, PLS 53/11 e PL 4434/08;
- Repasse do per capita do plano de saúde nos mesmos índices aplicados no custeio.

## **Mulheres**

O Brasil é o sétimo pior país para uma mulher viver. São 10 assassinatos de mulheres por dia no Brasil, sendo que 69,4% deles ocorrem na residência da vítima e somente 13,8% por desconhecidos. Dados da Secretaria de Políticas Para Mulheres apontam que no Brasil 1 mulher é estuprada a cada 12 segundos.

A realidade da mulher no Brasil é alarmante: 59% dos desempregados são mulheres. Das que trabalham, o índice de mulheres sem carteira assinada é 19% maior do que o de homens e em geral ocupam postos mais precarizados e vulneráveis de trabalho. Um exemplo são os trabalhadores terceirizados nas universidades, a grande maioria mulheres.

Defendemos:

- Lutar pelas 30h. Essa medida é ainda mais importante para as mulheres que, com todas as responsabilidades que lhes são atribuídas, têm pouco tempo de se dedicarem aos estudos, cuidados pessoais, carreira, filhos e à própria luta sindical.
- Lutar por creches nas IFES atendendo aos filhos de trabalhadoras e trabalhadores e aos filhos de estudantes.
- Fortalecer o GT Mulher.
- Fazer debate de 50% de cotas para as mulheres na composição da direção da Assufrgs.
- Garantir a participação das mulheres que têm filhos de 0 a 11 anos, com creches nas atividades de militância.

## **LGBT**

O combate a todas as formas de preconceito por orientação sexual e/ou identidade ou expressão de gênero, a garantia de igualdade jurídica para a população LGBT em todos os âmbitos, a formulação de políticas públicas que promovam a igualdade e a inclusão social da população LGBT são questões que devem se fazer presentes nas lutas cotidianas da Assufrgs.

Defendemos:

- Combate sistemático à homofobia e transfobia;
- Alteração do Código Civil para assegurar a conquista do casamento civil igualitário. Pela aprovação do Projeto de Lei 5120/2013;
- Aprovação do Projeto de Lei 5002/2013 que garante o direito à mudança de nome e de sexo na documentação pessoal.

## **A carreira e nossa realidade hoje**

O novo perfil do técnico-administrativo nas IFES, por imposição do governo, é de trabalhadores em apenas dois níveis de classificação. O governo tem contratado apenas para os níveis de classificação D e E, raramente abrindo para o nível de classificação C. Essa realidade tem trazido para o âmbito da categoria a necessidade de discutir uma nova carreira, que atenda esse novo perfil da categoria.

No atual governo não há ambiente para discussão de nova carreira, em razão da política agressiva de cada vez mais entregar as atividades do Estado para a iniciativa privada. Os ajustes devem acontecer dentro do PCCTAE, implementando o que falta, e na busca pelo aprimoramento, não abrindo mão dos aposentados, nem dos trabalhadores em cargos extintos. A discussão tem que passar pelo aproveitamento desse quadro de trabalhadores que hoje desenvolve funções muito acima do que foram contratados, com ganhos muito inferiores.

Qualquer discussão de ajustamento à nova realidade deve passar por um acordo sobre a política de terceirização. O governo tem que barrar sua política desenfreada, especialmente nas universidades. Devemos ter cuidado para não olharmos apenas para o salário nos próximos passos, pois embora não tenhamos uma carreira de fato, o PCCTAE é o instrumento concreto que temos para lutar pela democratização nas IFES e pela ocupação dos espaços de poder pelos técnicos.

#### Propostas de aperfeiçoamento ou modificação no PCCTAE

- Reestruturação da tabela: discutir modificações na tabela para contemplar a necessidade de termos que passar mais tempo no serviço público, assim como responder os anseios da categoria;
- Aumento dos níveis de capacitação ou outro modelo que valorize a capacitação;
- Aumento dos padrões de vencimento e do step;
- Processo de racionalização dos cargos: apostar na revisão dos cargos, sua descrição, escolaridade e critérios para ingresso e fazendo a partir daí a racionalização;
- Instalação do GT de Terceirização, em cumprimento à ILLei, para que de fato seja discutida a terceirização nas IFES;
- Retomar o trabalho na busca da ascensão, elemento que permitirá o trabalhador evoluir de fato na instituição;
- Reposicionamento dos aposentados.